



GT 11. Antropologia das Práticas Juvenis

Coordenador(es):

Frank Nilton Marcon (UFS - Universidade Federal de Sergipe)

Mylene Mizrahi (PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

O presente GT tem como objetivo reunir trabalhos resultantes de pesquisas em conclusão ou em andamento, que tenham como foco de investigação as práticas juvenis em suas mais diversas expressões. Mudanças sociais, políticas e culturais ocorridas no ocidente, especialmente na segunda metade do século XX, produziram alterações significativas nas subjetividades juvenis, promovendo mudanças no conjunto das experiências que por muito tempo definiram os sentidos de “ser jovem” e “ser adulto”. Atualmente, as pesquisas antropológicas tem lançado mão de diferentes abordagens teóricas e metodológicas para a compreensão das práticas juvenis, das quais se destacam a influência das teorias da agência, dos estudos sobre performativity, das abordagens disposicionalistas, como também de uma releitura dos Cultural Studies. Desse modo, fazer uma antropologia das práticas juvenis em nosso atual contexto, trata-se não apenas de estar atento às mudanças nos repertórios de sentidos acionados pelos/as jovens, como também de se abrir para possibilidades interpretativas advindas de outros campos do saber. Serão aceitas para o debate nesse grupo de trabalho, pesquisas, especialmente etnografias, que se dediquem ao estudo das práticas juvenis a partir de diferentes temas, tais como: sociabilidades e territorialidades; gênero, sexualidade e relações étnico-raciais; educação, trabalho e profissionalização; arte, estética e performativity; entre outros

Sociabilidade e afeto na escola: driblando as regras e experienciando as interações afetivo-sexuais

Autoria: Renata de Souza Carvalhaes (SEC), Claudia Mercedes Mora Cárdenas

O presente work tem por objetivo analisar a sociabilidade e interações afetivas dentro do ambiente escolar, e, problematizar as possíveis vivências de violências nos relacionamentos afetivo-sexuais entre jovens. As reflexões realizadas são desdobramentos de uma pesquisa de mestrado que visou compreender como as violências nas relações afetivo-sexuais na adolescência são significadas por estudantes de uma escola estadual da região Costa Verde do estado do Rio de Janeiro. A pesquisa é de cunho etnográfico e foi desenvolvida a partir da observação participante no espaço escolar, durante 7 meses, e de entrevistas em profundidade com 3 moças e 3 rapazes entre 18 e 24 anos. Os eixos de análise privilegiados foram: sociabilidade, gênero, sexualidade, experiências que envolvem algum tipo de ação violenta no relacionamento e as agências dos adolescentes diante dos conflitos. Foi demonstrado que os jovens vivenciam grande parte de suas experiências afetivo-sexuais na escola e, para isso, subvertem várias regras da instituição. São frequentes diversas experiências de violências com seus parceiros e parceiras. Os resultados revelam que as agressões entre casais se naturalizam no cotidiano e reforçam a dicotomia vítima e agressor. Múltiplas narrativas que envolvem algum tipo de agressão não foram classificadas como violentas, mas como ?experiências negativas?. A reprodução de padrões sociais de gênero contribui para a manutenção de hierarquias e desigualdades que atingem a moças e rapazes de diferentes formas. Os interlocutores tendem a agenciar individualmente as violências vividas. O silenciamento a respeito do tema contribui para a invisibilidade da violência no namoro e no ?ficar?, e conseqüentemente a não procura de cuidado junto aos serviços de saúde. A escola não é percebida como possível local de solicitação de apoio, nem como um agente de proteção, o que nos leva a refletir sobre o pouco diálogo e as estratégias de controle que acabam por produzir o distanciamento dos estudantes. Tal quadro pode se intensificar com o



atual panorama político brasileiro em que as escolas estão sendo atacadas com o respaldo do projeto ?Escola sem Partido?. Apresenta-se como desafio a expansão de estudos que possibilitem compreender melhor a violência nas relações afetivo-sexuais de adolescentes, assim como, o debate das questões de gênero, sexualidade e violência na escola visando instrumentalizar os jovens para perceberem as possíveis violências vividas, quais instituições recorrer, contribuir para o fortalecimento das agências frente às violências e o reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos.

[Trabalho completo](#)



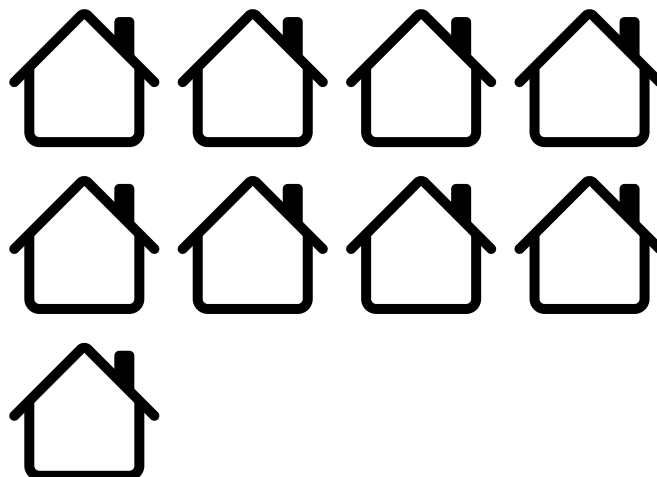
Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: